

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Folha de São Paulo*

Class.: 65

Data: *13 de janeiro de 1982*

Pg.: _____

Ludwig já rubricou o contrato de venda

BRASILIA — O milionário norte-americano Daniel Ludwig já rubricou o contrato de venda do projeto Jari. A operação deverá estar concluída dentro de aproximadamente 10 ou 15 dias e envolve um total de US\$ 260 milhões, afirmou ontem o procurador do empresário no Brasil, jurista Luis Bulhões Pedreira, que comunicou a notícia ao ministro do Planejamento, Delfim Neto, imediatamente após regressar de Nova York.

Para adquirir o projeto, o governo brasileiro e grupos privados nacionais formarão uma "holding" com a seguinte composição: o Banco do Brasil transformará em ações seu crédito de US\$ 180 milhões; o empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes, presidente da Caemi, entra com mais US\$ 20 milhões e, finalmente, outros 25 empresários nacionais entrarão com o resto, perfazendo um total de US\$ 260 milhões.

Daniel Ludwig, segundo Bulhões Pedreira, não receberá praticamente nada em moeda. Os US\$ 260 milhões se destinam a saldar compromissos do empresário principalmente com os japoneses que forneceram a fábrica de celulose avalizada pelo Banco do Brasil. Além disso, ele terá uma participação nos lucros do projeto durante 35 anos a partir de 1986.

O governo brasileiro se comprometeu ainda a viabilizar a nacionalização do projeto assumindo as obras de infra-estrutura na região e regularizando o problema da posse de terras do projeto, considerado até hoje o mais sério entrave ao seu prosseguimento. "O projeto Jari — explicou Bulhões Pedreira — será desmembrado em vários empreendimentos de forma a transformar-se num pólo de desenvolvimento da região, deixando de ser uma fazenda particular na qual estradas, residências, etc. são todas de uma mesma pessoa. Toda infra-estrutura será pública e de uso comum."

Olavo Monteiro de Carvalho, presidente do grupo Monteiro Aranha, também esteve ontem com o ministro Delfim Neto para confirmar sua participação na compra do projeto Jari. Ele disse que a medida se tornou viável com o compromisso do governo de participar acionariamente da nacionalização, resolver o problema fundiário e também se responsabilizar pelas obras de infra-estrutura da região. "A nossa participação no Jari — explicou — não prejudica nossos planos de investimento no projeto Carajás nem nas demais iniciativas em que tomamos parte."

O procurador de Daniel Ludwig disse que a área atualmente reclamada pelo projeto é de 1,6 milhão de hectares, mas o tamanho final dependerá das necessidades de seus diversos segmentos. Acrescentou que na região há bastante terra, não sendo este o principal problema. Concordeu com ele o presidente do Inera, Paulo Yokota, para quem não existe na região nenhum problema fundiário insuperável. Já existem 600 mil hectares seguramente regularizáveis e toda a terra necessária aos diversos empreendimentos será conseguida, mesmo que para isso sejam remanejadas algumas propriedades.

Bulhões Pedreira acrescentou que o projeto vai necessitar de quatro vezes a área atualmente plantada. Tem que se considerar ainda a obrigatoriedade da existência de um hectare de reserva florestal para cada plantado, bem como o fato de que nem toda terra serve para os diversos cultivos previstos. Daí o problema da área efetiva do projeto ser ainda uma questão em estudo.

Bulhões Pedreira não quis adiantar detalhes sobre as empresas participantes da "holding" porque "estou chegando de Nova York e ainda não pude me inteirar das que aceitaram o convite. De qualquer forma devem ficar entre 35 e 27 empresas que se pretendem tenham participação igualitária, exceto o Antunes que deterá 40% do empreendimento num primeiro momento, reduzindo-o posteriormente com os diversos aumentos de capital".

Ele garantiu que a transferência do projeto para grupos nacionais não implicará desemprego na região. "Todos que estão lá, estão trabalhando. Não se vai parar nada. Tudo vai continuar e a orientação do governo é para a manutenção do atual nível de emprego na área."

O Jari e as perspectivas de um novo bloco de poder

MINO CARTA

Nada indica, em princípio, que a Companhia do Jari representa um mal para o Brasil, mas não há dúvida de que é um grande bem para os 27 "príncipes do empresariado brasileiro" (conforme a definição do ministro Delfim Neto) chamados a compor o consórcio proprietário da empresa de Daniel Ludwig. E é um bem para o governo, pois está ali a semente de um entendimento amplo com o empresariado nacional, destinado a exercer influências importantes nos rumos políticos do País. É possível que já se trate, aliás, de algo mais do que uma semente.

Sempre que a cena política se carrega de nuvens escuras, como está ocorrendo nos últimos meses, surge o temor de que, fortalecida a aliança entre militares e tecnocratas, o regime se sinta forte o bastante para um recuo sensível nos seus planos de abertura, ou mesmo para um fechamento no gênero daquele sacramentado pelo AI-5, treze anos atrás. Talvez esses temores sejam exagerados, pelo que los hay, mas há. Aquela 13 de dezembro de 1968, é data fatal. Cristalizou-se então a ruptura dentro do bloco de poder que quatro anos e meio antes derrubara Goulart. Do novo esquema, que aposentava qualquer idéia de negociação política, foram alijados largos setores empresariais e profissionais, e o regime vestiu ostensivamente a farda. Agora não escapa à observação mais superficial o fato de que o autor de toda a transação do Jari, intermediário antes entre Ludwig e o governo, comprador depois, ao sabor do atilado projeto do advogado Bulhões Pedreira, seja o mesmo Azevedo Antunes que figurou entre as personagens mais representativas da conspiração anti-Goulart urdida desde 62 à sombra do Ipes.

Além de Antunes, há outros do consórcio que pertencem ao bloco vitorioso em 64. Outros mais teriam os documentos em dia para estar nele, se gozassem então da mesma projeção que conseguiram posteriormente. De 64 para cá, o empresariado nacional expandiu-se e diversificou-se notavelmente. E desportaram nomes novos em folha, enquanto os herdeiros tomaram o lugar dos fundadores de empresas sólidas há longo tempo. Nem sempre, depois dos anos mais negros do arbítrio, esse empresariado soube reivindicar um legítimo espaço político, ainda que não tenham faltado, por parte de alguns dos seus representantes, pronunciamentos a favor da democratização. Mas houve também momentos caracterizados pela omissão, como se deu, por exemplo, nos últimos tempos, depois do pacote de novembro.

Em todo caso, muitos empresários brasileiros foram bem menos cautelosos na defesa dos seus interesses específicos, tomando posição contra as multinacionais, denunciando medidas recessivas do governo, protestando contra a forte presença do Estado, como concorrente privilegiado em diferentes setores industriais. Agora o

governo lhes dá um sedutor repique com a operação Jari. Logo ganhará críticos, inclinados a enxergar no desfecho do negócio um presente do tamanho do Sergipe. Mas a operação fez sentido. Primeiro, porque somente certos grupos estão habilitados a tocar um empreendimento desse porte. Segundo, porque o governo não haveria de perder a oportunidade de colher significativos dividendos políticos. Seria apressado afirmar categoricamente que em torno da Companhia do Jari está surgindo um esquema credenciado à herança do bloco de poder de dezoito anos atrás. Mas que não haja surpresas se algum dia nos parecer claro que assim de fato aconteceu em janeiro de 82.

O lado político do lance governista não deve ser subestimado. Através dele, estimula-se um tipo de nacionalismo que desperta ecos favoráveis na classe média, ainda indefinido ideologicamente mas destinado a desempenhar um papel crescente. Ao mesmo tempo, corroboram-se as intenções desestabilizantes proclamadas por Figueiredo. Finalmente, ficam estabelecidos elos e compromissos que não podem deixar de ter efeitos políticos, no atacado e no varejo. Há quem se disponha a entender que o entendimento previsto por Golberl e Petrólio Portela, entre PDS e PP (e cuja perspectiva parece ter sido irremediavelmente cancelada pelo pacote de novembro), está sendo agora tramado no plano econômico. Pois não é o PP o "partido dos banqueiros"? E os maiores bancos do País não estão na Companhia do Jari? Quem sabe, se trate do raciocínio de (beças bastante irônicas. Mas é fato que pevistas partidários da incorporação do PP pelo PMDB encaram com preocupação a participação do Banco Itaú na operação e a simpatia que Olavo Setúbal não esconde em relação à solução recém-definida.

O governo, ao que tudo indica, procura ampliar o seu esquema de poder, além da aliança entre militares e tecnocratas que outrora produziu o AI-5. Os 27 "príncipes" contam com a substanciosa ajuda do Estado, que entra no negócio bancando, de cara, a dívida de 200 milhões de dólares contraída por Ludwig no exterior (com o aval do BNDE) e que, além disso, vai arcar com as despesas da transformação da área do Jari em pólo de desenvolvimento. Quer dizer, joga-se ali com o dinheiro do contribuinte. Ou, por outra, cada um de nós está envolvido nessa história. De um modo geral, os integrantes do consórcio são empresários modernos e competentes, e um seu eventual apoio ao governo não contribui para ensombrecer a cena política. Temos de saber, porém, que cabe aos cidadãos conscientes da sua cidadania a tarefa de exigir resultados profícuos para a Nação, dessa operação toda. Isso tem muito a ver com o futuro, que para ser digno, não se pode viver não precisará, necessariamente, coincidir ao pé da letra com as aspirações dos "príncipes" do empresariado.

Suíça aliviada com a transferência

FRUTA NETO, Especial para a "Folha"

GENEVA — Essa venda evitará, sem dúvida, um desentendimento futuro das relações da Suíça com o Brasil. Foi com essa ênfase que a Imprensa de Genebra reagiu à venda do Jari (em torno de 480 milhões de francos suíços) pelo milionário norte-americano Daniel Keith Ludwig a um "consórcio brasileiro" liderado por Augusto Trajano de Azevedo Antunes, presidente do grupo mineiro Caemi "e amigo de longa data do milionário norte-americano". Citando despachos da "France Presse" e da agência suíça "ATS", os jornais "Tribune de Geneve" e "Journal de Geneve" lembram que antes dessa venda, com a morte de Ludwig (hoje com 84 anos), a Suíça seria, "bem involuntariamente", co-proprietária do império Ludwig, e, com isso, "de uma parcela do território brasileiro".

E que a Suíça possui cerca de 50 ações do Instituto Ludwig de Pesquisa contra o Câncer, sediado em Zurich. O Instituto herdará o império financeiro do milionário. Se o projeto Jari não tivesse sido vendido, a Suíça seria automaticamente "co-proprietária de um território situado em país estrangeiro", eventualidade que "preocupava o governo brasileiro". Com efeito, lembra ainda o despacho, em 1980, por ocasião de uma visita à Suíça, o porta-voz da Comissão Brasileira de Investigação sobre o Projeto Jari, Modesto da Silveira, havia indicado que "este assunto era de natureza a degradar seriamente as relações entre a Suíça e o Brasil".

Em seu registro o "Journal de Geneve" particularizou apenas aspectos quantitativos do projeto, relatando um pouco de sua história. Por seu turno, o "Tribune de Geneve" entre-titulos tópicos do despacho com "nas proximidades do incidente diplomático"; "o projeto controverso" e "um Estado dentro do Estado". O jornal recorda que, inicialmente beneficiado com o apoio do governo brasileiro, o projeto vinha sendo hoje alvo de frequentes e fortes críticas. "O mal estar" causado ao Brasil pelo projeto Jari foi sobretudo resultante "do segredo com que o milionário cercava

suas atividades". Ele havia criado um Estado dentro do Estado, dispondo de sua própria polícia e somente as pessoas autorizadas pela direção podiam ultrapassar os limites do projeto. Em meio às controvérsias que cercavam o projeto, ultimamente o governo brasileiro havia recusado autorização para construir uma hidrelétrica sobre o rio Jari, a qual o milionário apontava ser necessária para montar uma segunda fábrica de celulose. Com isso, ele pretendia melhorar a rentabilidade dos seus investimentos.

Após muitos meses de negociações, a transferência de propriedade do projeto transformará o Jari "num negócio brasileiro". A transferência de controle da sociedade se fará pelo pagamento das dívidas das empresas (uma vintena delas agrícolas e industriais) contratadas por Ludwig no estrangeiro. Entre as dívidas, estão US\$ 180 milhões com a empresa japonesa que construiu a fábrica de celulose que funciona no Jari.

O projeto teve início em 1967, quando Ludwig, considerado um dos homens mais ricos do mundo, adquiriu na Amazônia um território tão grande quanto o Líbano, por cerca de US\$ 6 milhões. O "território do Jari" (nome de um afluente do Amazonas na área) tem como capital Monte Dourado (mais de 35 mil habitantes). Há ali ainda cinco cidades, três aeroportos, hospital e um porto que pode acolher navios de 40 mil toneladas. Sua fábrica de celulose tem capacidade de produção de 750 toneladas/dia.

Em 1970, as máquinas derrubaram florestas de 14 mil hectares, substituindo-as por plantações de espécies de crescimento rápido como o Pinho das Caralbas e, sobretudo, a Gmelina Arborea, originária da Birmânia. Hoje a Gmelina, o Pinho e o Eucalipto cobrem uma superfície de cem mil hectares. Nos últimos anos o milionário havia se lançado a outros empreendimentos. Entre eles, o arroz e as minas. O Jari possui um dos maiores arrozais do mundo e exporta 35 mil toneladas por ano. O território possui ainda 240 mil toneladas de caulim, utilizado sobretudo na produção de papel de qualidade.